

ECONOMIA - BRASIL

CONTAS PÚBLICAS

Saldo acumulado de R\$ 57 bilhões permitirá que o Brasil atinja superávit determinado pelo Fundo

Beto Barrata 29.08.00



ALTAMIR LOPES, CHEFE DO DEPARTAMENTO ECONÔMICO DO BC: DÉFICIT DE DEZEMBRO NÃO AMEAÇA ACORDO

Acordo com FMI será cumprido

Fernanda Nardelli
Da equipe do **Correio**

A meta de superávit primário do setor público determinada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para este ano deve ser cumprida com tranquilidade. De janeiro a novembro, o Brasil acumula um saldo positivo de R\$ 57 bilhões. No acordo com o FMI, o país precisaria fechar 2002 com um superávit de R\$ 50,3 bilhões, o equivalente a 3,88% do Produto Interno Bruto (PIB).

Tradicionalmente, o mês de dezembro é pior para as contas públicas. O pagamento de férias e da última parcela do 13º salário são gastos adicionais que comprometem o resultado. Mesmo assim, o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, garante o cumprimento da meta. "Temos margem suficiente para

isso. A meta já está plenamente cumprida", disse. O déficit do último mês do ano pode chegar a R\$ 6,7 bilhões, sem ameaçar o acordo com o Fundo.

O superávit primário é a diferença entre receitas e despesas, sem contar os gastos com juros da dívida. O resultado positivo, portanto, exclui os R\$ 96,6 bilhões que o setor público pagou de juros durante o ano. Por conta desse pagamento, o país tem um déficit nominal de R\$ 39,5 bilhões.

Para atingir a meta acertada com o FMI, o governo gasta menos e arrecada mais. Alguns tributos têm, inclusive, sua finalidade desviada para que o superávit primário não seja ameaçado. São contribuições sociais que deveriam ter seus recursos aplicados em saúde, educação, previdência e combate à pobreza, mas que sofrem uma "desvinculação" e vão direto para o cai-

xa do Tesouro Nacional. Em 2002, R\$ 23,9 bilhões foram desvinculados para compor a conta do superávit primário.

DÍVIDA CAI

A dívida pública está menor em relação ao Produto Interno Bruto. Em novembro, a relação entre a dívida e o PIB foi de 57,5%, contra os 59,4% registrados no mês anterior. A queda do dólar colabora para este resultado.

Desde que o real começou a se valorizar frente à moeda americana, a relação dívida/PIB vem baixando. Para dezembro, a previsão do Banco Central é de uma queda maior. "Se o dólar continuar no patamar de R\$ 3,50, fecharemos o ano com uma dívida de 56,5% do PIB", afirmou Altamir Lopes.

A inflação também contribui para a diminuição da dívida pública. Quanto maior o Índice

META

Pelo acordo com o FMI, o país precisa fechar 2002 com receitas superiores às despesas em

**R\$ 50,3
BILHÕES**

Geral de Preços (IGP), maior o PIB nominal. Com isso, a dívida parece menor quando comparada com o PIB. Só em novembro, o aumento do IGP colaborou para a diminuição da dívida em 2,08 pontos percentuais em relação ao PIB.

A decisão do Copom de subir a taxa básica de juros de 22% para 25% ao ano vai produzir um aumento da dívida. Para cada ponto percentual a mais durante um ano, a dívida pública sobe 0,27% na relação com o PIB.

O choque de juros provocado na última reunião do Copom ainda não pode ser notado. O aumento virá ao longo do próximo ano.

Na semana passada, o FMI concluiu a primeira revisão do acordo de US\$ 30 bilhões firmado com o Brasil em agosto. O cenário macroeconômico encontrado pela equipe do Fundo fez com que algumas metas fossem ajustadas para o final deste ano e para 2003. A meta para a dívida pública foi mudada e passou de R\$ 830 bilhões para R\$ 895 bilhões em dezembro de 2002. Em novembro, a dívida estava em R\$ 869,4 bilhões.